

ASSISTIR OS IRMÃOS DOENTES NAS CONFRARIAS DE BRAGA DA IDADE MODERNA

Assist the brothers with diseases in the brotherhoods
of Braga of the Early Modern Age

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO*

Recibido: 23-02-2016

Aprobado: 24-10-2017

RESUMEN

Nuestro estudio quiere llamar la atención sobre uno de los aspectos más silenciados de la historiografía portuguesa, es decir, el papel asistencial de las cofradías, destacando el caso de la enfermedad de los cofrades.

Seleccionamos el universo confraternal de la Braga Moderna para analizar o seu aplicación en el ambito de la asistencia a los hermanos, lo que demuestra que a pesar de no estar presente en muchas de ellas, otras mantenían activa una línea de apoyo a los que en la enfermedad eran dependientes y necesitaban auxilio.

Palabras clave: cofradías, Braga, asistencia, enfermedad

ABSTRACT

Our study seeks to draw attention to one of the silenced aspects of Portuguese history, that is, the welfare role of fraternities, highlighting the case of disease of the brothers.

We chose confraternal universe of Braga in the Early Modern Age, to analyze your investment in the health care field to the brothers, showing that despite not being present in many, in other kept active a line of support for those in the disease were dependent and needed help.

Keywords: brotherhoods, Braga, care, disease.

INTRODUÇÃO

Entre as muitas confrarias existentes em Braga na Idade Moderna, algumas delas tinham um programa de ajuda aos seus irmãos, que se encontrava contemplado nos seus estatutos, vinculando-as ao seu cumprimento. Desenvolviam-no de acordo, por um lado, com as petições de auxílio que lhes chegavam e, por outro, com as disponibilidades financeiras de que dispunham, sendo certo que à medida que a Idade Moderna avançou, as festas, a assistência à alma, o enorme volume de missas a celebrar e as despesas com obras e equipamentos das igrejas e sacristias precediam o investimento feito com os mais necessitados. Não nos cabe avaliar aqui as opções de gestão destas instituições, mas podemos afirmar

* Universidade do Minho (Portugal). martalobo@ics.uminho.pt

que na maioria dos casos estudados se gastava muito pouco com a situação de doença dos seus membros.

Apesar de os textos referentes à sua ação assistencial serem distintos entre elas, todas se preocupavam particularmente com os irmãos doentes, moribundos e velhos, que se encontravam incapazes de trabalhar, logo de sobreviver autonomamente. Algumas destas confrarias alargaram o seu auxílio aos irmãos presos, demonstrando preocupação com eles num altura das suas vidas em que se viam privados de liberdade e, conseqüentemente, impossibilitados de ganharem o seu sustento, precisando, por isso, de ajuda.

Neste trabalho analisaremos apenas a assistência na doença prestada por algumas das confrarias da cidade, procurando demonstrar o auxílio dado aos que em situação de doença, acompanhada muitas vezes pela velhice, se socorriam desta “família”. Os doentes que pediam esmola encontravam-se em tratamento domiciliário ou já em convalescença. Alguns sentiam a morte já muito perto. Pediam para comer, mas também para pagar os custos da doença, uma vez que o tratamento em casa era corrente na Idade Moderna. Sendo a doença a antecâmara da morte, principalmente em situações particulares ou na velhice, esta ocasião servia também para os confrades aconselharem os irmãos doentes a prepararem-se para a enfrentarem.

OS ARQUIVOS

As confrarias de Braga possuem importantíssimos arquivos que se encontram na sua larga maioria por explorar. Mais recentemente têm sido objeto de estudo para algumas teses de Mestrado e Doutoramento, embora neste último caso em muito menor quantidade. Na verdade, torna-se difícil explicar os motivos que têm mantido no esquecimento espólios tão importantes! Todavia, se tivermos em consideração que a História Religiosa não mereceu destaque historiográfico senão nas últimas décadas e, mesmo assim, para tratar apenas algumas vertentes, compreende-se que estas instituições tenham sido relegadas para um segundo plano. Mas há ainda que pensar no acesso a estes arquivos e nas condições em que muitos se encontram. Com raras exceções, encontram-se todos nas suas igrejas e capelas e nem sempre são de acesso fácil. Por vezes, existem algumas peças documentais no Arquivo Distrital da cidade, designadamente no caso das confrarias conventuais, junto ao fundo do respetivo convento onde funcionavam. É aconselhável, por isso, aos interessados no seu estudo, seguir vários itinerários de investigação, cruzar as fontes de vários arquivos, uma vez que a interação entre elas fez transitar documentação, mas sobretudo assuntos comuns que geraram documentação que não diz respeito apenas a uma instituição. Onde menos se pensa, podem surgir informações importantes sobre confrarias, algumas delas associadas à história da cidade.

Nos arquivos particulares, onde repousa a maior parte da informação escrita destas instituições, o investigador fica condicionado a autorização prévia para consulta e ao horário de funcionamento da secretaria da igreja, que em muitos casos se coordena com os ofícios religiosos existentes. Assim, o trabalho que deveria ser realizado atempadamente e de forma eficaz, por vezes prolonga-se no tempo. Não estão em causa as pessoas, que se esmeram em simpatia e geralmente demonstram interesse ao verem valorizado o seu património documental, mas o facto de as instituições não estarem preparadas para receberem investigadores, que, por vezes, precisam de permanecer no arquivo ao longo de vários meses ou ainda mais tempo. Mesmo assim, acolhem com simpatia os jovens investigadores e demonstram curiosidade em conhecer melhor a história da instituição a que pertencem.

Um outro aspeto prende-se com o estado em que se encontra alguma documentação. Apesar do interesse demonstrado, existem instituições que têm feito pouco por conservar e inventariar os seus arquivos. Não podemos obviamente generalizar. Há exemplos de grande cuidado, de arquivos inventariados, apesar dessa inventariação não se encontrar publicada¹, mas normalmente existe uma lista/inventário dos livros, no local. Estas páginas informativas são de enorme valia para o investigador, porque fornecem orientação, ainda que em muitas situações já não corresponda a inventariações feitas posteriormente. Não é raro que esses arquivos reúnam algumas condições físicas e de preservação dos documentos, o que se regista com agrado. Outros exemplos recomendam maior atenção, mais cuidado com este rico património, nomeadamente locais apropriados para o custodiar. Falamos de espaços físicos adequados que promovam a conservação do acervo. A digitalização da informação e a sua colocação on-line em muito ajudaria os investigadores.

O estudo destas instituições, que foram fundamentais para fixar os fiéis na adesão à igreja católica, está por fazer. Faltam trabalhos monográficos que possibilitem análises consistentes sobre o seu funcionamento, a prática diária, a devoção, a assistência, a morte, as sociabilidades, o poder, o crédito, a conflitualidade, a gestão patrimonial, o reforço de identidades, a crise que viveram em finais do Antigo Regime, enfim um leque alargado de temáticas que fixem o papel destas instituições em termos sociais e religiosos.

Braga possuía na segunda metade do século XVIII, período em que muitas confrarias já se tinham agregado a outras ou desaparecido, mais de oito dezenas destas instituições. A sua malha teria sido mais densa, mas, num período em que a

1. Franquelim Neiva Soares publicou o inventário de alguns fundos documentais das igrejas do concelho de Braga, onde se encontram os de algumas confrarias. Veja-se Franquelim Neiva Soares, Maria Manuela Silva, “Inventário dos arquivos das paróquias e das igrejas do concelho/arciprestado de Braga”, *Bracara Augusta* LII, nº 107 (120) (2004): 46-160.

alma cedeu espaço ao corpo, as ideias iluministas começaram a tocar os espíritos mais esclarecidos e os círculos de sociabilidades se alargaram², as confrarias receberam menos irmãos e legados e algumas delas definharam, agregando-se a outras mais fortes. Há ainda outras que cessaram a sua atividade.

Estas instituições estavam distribuídas pelas paróquias da Sé, São João do Souto, São Tiago da Cidade, São Vítor, São José de São Lázaro e Maximinos³.

Os seus arquivos possuem dimensões diversas, fruto de percursos diferentes, mas também de investimentos muito distintos. Vários deles são muito poderosos e possuem uma grande riqueza documental, que pode ser explorada sob várias vertentes. Menciono o de Santa Cruz, São Vicente, Senhora a Branca, São Lázaro e naturalmente o da Sé. Em vários destes fundos é possível encontrar séries completas de livros de atas, de receita e despesa, de irmãos, de missas, de juros e de legados. Possuem também livros de contratos, estatutos, sentenças e muita documentação avulso. Através desta documentação é possível conhecer estas instituições em várias vertentes, nomeadamente o seu funcionamento interno, o acesso ao poder, a assistência à alma e ao corpo, o crédito, mas também a sua estrutura social, os conflitos dentro e fora de portas, as sociabilidades, quase sempre associada aos momentos de festa, e as suas normas orientadoras. Muita da documentação avulso é referente às petições de irmãos pobres, doentes e dotes de casamento. É possível ainda conhecer as relações estabelecidas com outras instituições locais de poder: a Câmara, a Mitra, o Cabido, a Misericórdia, os Conventos e as restantes Confrarias. Noutros, menos recheados, encontram-se somente alguns exemplares e, por vezes, as lacunas são grandes. Mesmo assim, revestem-se de grande importância e quando é possível cruzar essa informação com outra, a sua utilidade é ainda mais relevante.

Mas Braga tem ainda nos nossos dias algumas confrarias em atividade com mais de quinhentos anos. Recordo a da Santíssima Trindade, instituição erigida em finais do século XIV, a de Santa Ana, do Corpo de Deus e de São João também medievais e a própria Misericórdia, fundada muito provavelmente em 1513. Outras que se mantêm ativas vêm de meados e finais de quinhentos, como acontece com as de São Pedro dos Clérigos, a de Santa Cruz, e a de São Vicente. Mas muitas outras existem, tomamos apenas como exemplo as mais poderosas.

Existiram muitas confrarias na Sé, nas igrejas paroquiais, nas conventuais, em igrejas próprias, ermidas capelas e altares na Braga Moderna. Porém, o

2. Leia-se Inácio José Peixoto, *Memórias Particulares* (Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992), 16-37.

3. Paula Alexandra de Carvalho Sobral Gomes, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal (contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, (Braga: Universidade do Minho, 2002), 127-128. Dis. de Mestrado policopiada.

mesmo panorama foi conhecido noutras cidades portuguesas, de que o Porto é bom um exemplo⁴.

Se a historiografia portuguesa tem dado pouca atenção às confrarias, quando estas são objeto de análise são sempre vistas sob o prisma devocional. Esta situação explica-se devido a dois fatores: o enorme volume de trabalhos sobre as Misericórdias, onde se tem demonstrado o seu papel no campo da caridade retirando visibilidade a outras formas de assistência; e o facto de o auxílio aos pobres não ser o principal objetivo das confrarias religiosas⁵.

Se é verdade que em Portugal as Misericórdias, nascidas em 1498 com a fundação da de Lisboa, concentraram em si as 14 obras de misericórdia e reduziram substancialmente o papel social das restantes irmandades, não o aniquilaram como se tem vindo a demonstrar⁶.

É também sabido que na Idade Média, as confrarias cumpriam muitas obras de caridade e que após a reforma religiosa de começos da Idade Moderna perderam parte dessas funções. Todavia, algumas delas mantiveram linhas assistenciais importantes no apoio aos seus irmãos, quer na doença, quer na morte. Em

4. Para o Porto leia-se Maria Manuela Rodrigues, “Confrarias da cidade do Porto. Espaços de enquadramento espiritual e pólos difusores da mensagem da igreja”, em *Actas do Congresso Internacional de História da Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. I (Braga: Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Evangelização e Culturas, 1993), 410.

5. Já em anterior texto publicado e que agora retomamos, chamámos a atenção para este aspeto. Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, “As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna. Estudo preliminar”, *Interconexões. Revista de Ciências Sociais* 2, 1 (2014): 15-32.

6. Mas não apenas as confrarias. Para as ordens terceiras veja-se Juliana de Melo Moraes, *Viver em penitência: as associações de terceiros em Braga e São Paulo (1672-1822)* (Braga: Universidade do Minho, (2009), 313-323. Tese de doutoramento policopiada; António Francisco Barbosa, *A assistência prestada pela Ordem Terceira de Ponte de Lima aos pobres no século XVIII*, (Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, (2011), 15-50, José Pedro Paiva, “O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna”, em *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Ed. Laurinda Abreu (Lisboa: Colibri 2004), 34; Celeste Diniz; António Francisco Barbosa, “Pobreza e caridade: a ação assistencial do Cabido bracarense em período de Sé Vacante (1728-1741)”, *Cadernos do Noroeste. Série História* 3 (2003): 497-522; Rute Maria Lopes Pardal, *Práticas de caridade e assistência em Évora 1650-1750* (Évora: Universidade de Évora, 2013), 231-239. Tese de Doutoramento policopiada. Sobre conventos leia-se Aurélio de Oliveira Araújo, *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo social e económico* (Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1974), 218-222. Também pessoas particulares mantiveram em prática uma linha assistencial destinada aos mais desfavorecidos, complementando a ação desenvolvida pelas Santas Casas. A confraria de São Vicente de Braga tinha em curso na Idade Moderna um programa assistencial que contemplava essencialmente os seus confrades. A partir de meados do século XVIII, com a incorporação de dois legados, assumiu uma nova função, ao distribuir dotes de casamento a raparigas órfãs pobres. Para a confraria de Santa Cruz veja-se o trabalho de Elsa Silva, *As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII* (Braga: Universidade do Minho, 2013). Dis. de Mestrado policopiada.

Braga temos já referenciadas 11 confrarias que tinham como uma das suas linhas de intervenção a ajuda aos irmãos doentes: Santa Cruz, Santíssima Trindade, S. Francisco, São Pedro dos Clérigos, Menino Jesus, Almas de São João da Ponte, Almas de São Vítor, São Crispim e São Crispiniano, S. José do Presépio, Bom Jesus dos Santos Passos e São Vicente. Sublinhamos, no entanto, que o nosso projeto de investigação se encontra ainda em construção, pouco mais do que na fase de arranque, e que muitas outras poderão também ser associadas a esta prática.

A redução do papel assistencial das confrarias levou a que muitas deixassem de ter nos seus objetivos essa prática e outras a reduzissem substancialmente, restringindo-a aos seus membros ou abrindo-a a outros, embora em número muito reduzido. Nestes casos, deve esclarecer-se, todavia, que a ação caritativa encontrava-se estabelecida nos estatutos e destinava-se apenas aos irmãos. Porém, algumas destas instituições, como dissemos, alargavam a sua ação a outras pessoas necessitadas.

A seleção das confrarias em análise: São Francisco, São Pedro dos Clérigos, Menino Jesus, Santíssima Trindade⁷, Santa Cruz⁸ e a confraria de São Vicente prende-se com a fase em que se encontra o nosso projeto de investigação. É sobre elas que nos debruçamos neste texto. Recordamos, porém, que nesta fase já encontramos outras onde também se cuida dos irmãos enfermos. Algumas delas como a do Menino Jesus, Santíssima Trindade, Santa Cruz e São Vicente foram objeto de trabalhos recentes ao nível de teses de Mestrado⁹.

A ASSISTÊNCIA AOS IRMÃOS DOENTES

A principal instituição de assistência à pobreza de Braga era a Misericórdia. Esta instituição foi fundada no começo do século XVI, em data ainda por precisar. Foi o arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) que a erigiu¹⁰.

A primeira Misericórdia portuguesa nasceu em 1498 pela mão da Coroa. Estas confrarias são instituições de leigos, destinadas à prática das 14 obras de

7. Esta confraria foi em data por nós desconhecida trasladada para a igreja do convento do Pópulo.

8. Luís, Costa, *O templo de Santa Cruz* (Braga: Irmandade de Santa Cruz, 1993), 66-67.

9. Para a da Santíssima Trindade leia-se o trabalho de José Hermes Pimentel, *A assistência à morte na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)* (Braga: Universidade do Minho, 2015). Dis. de Mestrado policopiada. Sobre a confraria de São Vicente veja-se Ariana Sofia Almendra de Sousa, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII* (Braga: Universidade do Minho, 2011). Dis. de Mestrado policopiada, Para o estudo da confraria do Menino Jesus veja-se o trabalho de Maria José de A. C. Vieira, *A confraria do Menino Jesus e a paróquia de Maximinos (1700-1850): população, sociedade e assistência* (Braga: Universidade do Minho, 1994). Tese de Mestrado policopiada;

10. ADB, *Capelas, Sucessões e Vínculos*, Livro nº 61, fls. 3v.-4.

misericórdia. Constituídas pelas elites locais, eram possuidoras de um enorme prestígio e foram as confrarias mais importantes em Portugal durante a Idade Moderna.

Como é sabido, estas confrarias distinguem-se das restantes por serem laicas, de criação régia, trabalharem com um leque alargado de privilégios e sobre o compromisso da Misericórdia de Lisboa, que era enviado pelo monarca a todas as restantes, quando o solicitavam¹¹. Esta circunstância traçou um percurso comum, embora, como se sabe, adaptado às circunstâncias e contextos em que estavam inseridas. Não eram confrarias da Igreja como as restantes e obtiveram em Trento o estatuto de “imediate proteção régia”, o que as colocava debaixo da alçada da Coroa, instituição que as fez nascer. Os agentes da Igreja estavam apenas autorizados a visitá-las no que dizia respeito ao espiritual, ou seja, às suas igrejas e sacristias.

As características das Misericórdias portuguesas distanciaram-nas também das restantes Misericórdias existentes, por exemplo, em Espanha e em Itália¹².

A Santa Casa de Braga começou desde cedo a esmolar os pobres da cidade, mas na primeira metade de quinhentos, devido, aos poucos recursos existentes, a sua ação esmolar era limitada. É conhecido, através do estudo de outras congêneres quinhentistas, que o volume de pobres assistidos por estas instituições durante o século XVI foi restrito¹³ e a assistência que lhes era prestada manteve uma feição medieval.

Nos séculos XVII e XVIII, a Santa Casa de Braga cresceu muito através da receção de legados e alargou a sua ação caritativa. Distribuía esmolas às quartas e aos domingos, em dias festivos, e em outras épocas do ano, todavia, muitos pobres ficavam de fora dos seus róis, pela incapacidade que tinha de prover todos que a procuravam. Havia, por conseguinte, um espaço amplo para as outras confrarias atuarem, principalmente para as que já tinham essa tradição, seguindo práticas enraizadas de socorro aos seus membros desde a Idade Média¹⁴. Igual oportunidade parece ter existido para as que se acabavam de formar. Há ainda que pensar no crescimento da cidade, principalmente durante os séculos

11. No século XVII, algumas Santas Casas alteraram os seus compromissos em alguns capítulos ou fizeram novos, mas nunca perderam as linhas principais e orientadoras, estabelecidas pelo da Misericórdia de Lisboa.

12. Para este assunto veja-se o trabalho de Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 29-31.

13. Veja-se António Magalhães, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)* (Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013), 671-699.

14. A propósito das obras de caridade praticadas pelas confrarias na Idade Média veja-se Isabel dos Guimarães Sá, “Parte I – De 1498 a 1750”, em Isabel dos Guimarães Sá; Maria Antónia Lopes, *Breve História das Misericórdias Portuguesas 1498-2000* (Coimbra: Imprensa Universitária, 2008), 7-17.

XVI e XVIII. No primeiro caso, quando Braga rasgou caminhos, deixando para trás características medievais e assumindo uma feição mais moderna em todos os sentidos. Ficou a dever essa alteração ao arcebispo D. Diogo de Sousa. É importante recordar que os arcebispos de Braga estavam investidos de poder temporal e espiritual.

No século XVIII, a cidade transformou-se, bem como as suas instituições, tendo algumas delas assumido papéis preponderantes: a Misericórdia, o hospital de São Marcos, a Câmara, os arcebispos, mas também as confrarias locais criaram razões para tornar a cidade um pólo importante a norte do Porto, quer em termos comerciais, quer em termos sociais. Desde há muito que Braga assumia grande relevância no campo religioso. Porém, com a chegada dos arcebispos príncipes (D. José de Bragança entre 1741-1756 e D. Gaspar de Bragança entre 1758-1789), alterou-se profundamente, por nela se ter vivido um ambiente de corte, respondendo aos ideais de vida destes prelados.

Conhecer o contexto, aprofundar as razões e estudar as esmolas e as instituições é fundamental para se ter claro o panorama da assistência formal da cidade.

Todas as irmandades religiosas referidas tinham um programa de ajuda aos seus irmãos que se encontrava contemplado nos seus estatutos. Como já mencionámos, desenvolviam-no de acordo, por um lado, com as petições de auxílio que lhe chegavam e, por outro, com as disponibilidades financeiras de que dispunham, sendo certo que à medida que a Idade Moderna avançou, as festas¹⁵, o enorme volume de missas a celebrar e as despesas com obras nas igrejas precediam o investimento feito com os mais necessitados. A religiosidade popular encontrava variadas formas de expressão nestas instituições. O Barroco assim o exigia e em Braga as igrejas e as confrarias desdobraram-se em manifestações públicas de grande significado e arrebatamento. Mas mais do que tudo pesava a aquisição de bens para as suas igrejas e sacristias, o empréstimo de dinheiro a juros, a assistência à alma, os muitos milhares de missas que tinham para celebrar anualmente, os salários a pagar a muitos capelães, mas também a ajuda na morte.

Dar relevo às práticas de assistência corporal nas confrarias portuguesas justifica-se sublinhando o que muitas delas faziam em termos sociais, muito embora se distanciem de alguns contextos católicos onde as confrarias religiosas tiveram um papel muito ativo na ajuda material aos seus irmãos e a outros pobres, como aconteceu, por exemplo, em Espanha¹⁶.

15. Sobre este assunto veja-se o trabalho de António Francisco Dantas Barbosa, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)* (Braga: Universidade do Minho, 2013). Tese de Doutoramento policopiada.

16. Para o caso espanhol veja-se entre muita outra bibliografia os trabalhos de: Pedro Pablo Herrera Mesa, “La práctica de las Obras de Misericordia en las Cofradías cordobesas siglos XIV-XVII”, en *La Iglesia Española y las Instituciones de Caridad* (Madrid: Ediciones Escorialenses, 2006), 99-122; Juan Aranda Doncel, “Cofradías y asistencia social en la Diócesis de Córdoba durante los siglos XVI y XVII: las Hermandades de la Santa Caridad”, en *La Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*,

Apesar do texto referente à sua ação assistencial das confrarias bracarense ser distinto entre elas, todas se preocupavam particularmente com os irmãos doentes, com os velhos e com os defuntos. As confrarias de São Francisco, Santa Cruz e de São Vicente, estas duas últimas instituições muito ricas e poderosas no círculo confraternal da cidade, alargaram o seu auxílio aos irmãos presos, demonstrando preocupação acrescida quando estes estavam encarcerados e tinham muitas despesas.

A assistência prestada aos irmãos assumia duas vertentes: espiritual e corporal, embora neste trabalho nos debrucemos apenas sobre o aspeto corporal. Sendo a doença a antecâmara da morte, principalmente em situações particulares, ou na velhice, esta ocasião servia também para os confrades aconselharem os irmãos doentes a prepararem-se para a enfrentarem. Assim acontecia nas irmandades de Santa Cruz, Santíssima Trindade, São Vicente, Menino Jesus, São Pedro dos Clérigos e na de São Francisco. Os irmãos que os iam visitar tinham a incumbência de os consolar, incitar a imitar a vida dos santos e a arrepender-se das faltas cometidas, esperando alcançar, dessa forma, a misericórdia divina. A paciência era a panaceia recomendada para sofrer as penas da doença. Eram ainda responsáveis pelo aconselhamento à tomada dos sacramentos da confissão e da comunhão, devendo os irmãos persuadi-los ainda à elaboração do testamento¹⁷, pois ser-lhes-iam tomadas contas aquando do Juízo Final¹⁸. Em algumas das confrarias a ocasião servia também para constatar a pobreza e recomendar a ajuda na morte, nomeadamente com a dádiva da mortalha e o pagamento de círios¹⁹.

123-150; Miguel Luis López-Guadalupe Muñoz, “El Corpus Christi y las hermandades sacramentales en la Granada Moderna”, en *I Congreso Nacional de Historia de las Cofradías Sacramentales. Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidad en el Barroco Español*, (Segovia: Cofradía del Corpus de Sepúlveda, 2008), 263; Adela Tarifa Fernández, “Cofradías y Hermandades entre la religiosidad popular y la asistencia social. Aproximación a su historia en Jaén y en Úbeda”, en *I Congreso Nacional de Historia de las Cofradías*, 423-328; Alberto Marcos Martín, “La Iglesia y la beneficencia en la Corona de Castilha durante la época moderna. Mitos y realidades”, en *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, 101-125; Alberto Marcos Martín, La asistencia domiciliaria en la España del Antiguo Régimen: el caso de la cofradía de la Caridad de Palencia”, en *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, coords. María José Pérez Álvarez; María Marta Lobo de Araújo (León: Universidad de León, 2014), 94-107; Margarita Torremocha Hernández, *Solidaridad en el más allá. La cofradía Sacramental y de Anima de la Iglesia de la Magdalena de Valladolid* (Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2003), 77-78.

17. Magalhães, *Práticas de caridade*, 671-699

18. Arquivo da Igreja do Pópulo [doravante AIP], Fundo da confraria da Santíssima Trindade, *Livro dos estatutos da confraria da Santíssima Trindade sita na sua capella da Sancta Sé Primacial reformados e de novo feitos no anno de 1740*, fl. 34. Arquivo da Igreja de São Vicente [doravante AISV], Fundo da confraria de São Vicente, *Estatutos da Irmandade do Martyr S. Vicente, reformados no anno de 1723*, n° 3475, fl. 17v.

19. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro dos termos 1781-1790*, n° 3400, fl. 7; AIP, Fundo da confraria da Santíssima Trindade, *Livro de Termos da Irmandade da Santíssima Trindade da Sé Primaz 1731-1762*, n° 24, fls. 32-32v.

A forma como estas instituições se organizavam para ajudar os mais necessitados era divergente entre si. Mas nas irmandades de São Vicente e São Francisco estabeleceram-se nos compromissos regras muito semelhantes a seguir²⁰. As confrarias dispunham de dois irmãos mesários, denominados “vizitadores dos enfermos e defuntos”, enquanto na de Santa Cruz cabia ao confrade que vivesse mais perto do doente informar a Mesa da sua necessidade. Nesta irmandade, os estatutos de 1761 esclarecem o procedimento, determinando que após conhecimento imediato da notícia, esses irmãos deviam avisar o juiz, A passagem de palavra tinha como objetivo a escolha de um irmão visitador. Este confrade devia possuir notórias capacidades para a tarefa a desempenhar e manter relações de amizade com a pessoa em questão. Só reunindo estes dois predicados se considerava que o sucesso da missão estava assegurado.

Em São Francisco escolhiam-se para esta tarefa homens com tempo livre, de boa vida e costumes e caridosos, ou seja, pessoas que reunissem condições humanas e materiais e fossem capazes de fazer caridade com palavras e atos. Deviam informar-se sobre os irmãos que estivessem nas situações mencionadas para poderem agir de imediato. Junto dos doentes, deviam exortá-los a confessarem-se e a tomar diligências próprias dos bons cristãos, ou seja, arrependem-se do mal feito, fazer testamento, tomar os sacramentos e aceitar a morte com tranquilidade²¹. Em muitos casos, os doentes encontravam-se na antecâmara da morte, por isso, ajudá-los era também iniciar uma boa morte, proporcionado-lhes auxílio material e espiritual²².

Se fossem pobres, entregavam-lhes prontamente dois tostões e em caso da sua situação se agravar deviam diligenciar para que a Mesa decidisse a esmola a atribuir.

A estes irmãos era ainda pedido que visitassem os desconsolados, confortando-os com palavras, mas não só! Os estatutos ordenavam que consolassem “os aflitos conforme ²³o cazo pedir”, favorecendo-os com “tudo aquilo que a Irmandade poder”. O discurso é vago e abrangente, sugerindo tratar-se de uma ajuda espiritual, mas também material. No entanto, a prática desta obra de

20. Relativamente a este capítulo, os confrades não procederam a alterações no compromisso reformado de 1768, usaremos somente o de 1723, por ser o mais antigo.

21. Veja-se Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1750-1830* (Lisboa: Ed. Notícias, 1997), 179-184.

22. Miguel Luis López-Guadalupe Muñoz, “Sanidad doméstica, solidariedad corporativa: las cofradías ante la enfermedad en la España Moderna”, en *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, ed. Laurinda Abreu (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007), 76-77.

23. Arquivo da Ordem Terceira de Braga [dorovante AOTB], Fundo da confraria de São Francisco, *Livro dos estatutos da irmandade de Sam Francisco da Santa See Primas feitos no anno de 1680*, fl. 12.

misericórdia “dar bom conselho” aproxima a confraria das Misericórdias neste particular, por constituir uma das obras de misericórdia que elas praticavam. Pedia-se-lhes igualmente que visitassem os irmãos presos, tal como acontecia em Santa Cruz e em São Vicente e os favorecessem com o necessário para dar andamento ao seu processo jurídico e ao seu sustento²⁴. A ajuda material e espiritual era entendida como um dos pilares que construía a fraternidade institucional. A confraria considerava imperioso ajudar os irmãos em necessidade e caso falecessem no período em que estavam a ser auxiliados era-lhes dado hábito, facultando-lhes também o acompanhamento de cinco sacerdotes. Porém se pertencessem também a uma irmandade mais antiga e não fossem enterrados na tumba de São Francisco, perdiam o direito ao hábito e ao acompanhamento referido²⁵. A instituição estava na posse deste móvel fúnebre desde a data da fundação, 1615. Os primeiros estatutos de 1615 contemplavam já a existência de uma tumba, facto que lhe conferia visibilidade, pois mesmo as que na Idade Moderna eram detentoras de tumba própria, adquirem-na, com frequência, muitos anos após terem iniciado funções.

As esmolas constituíam uma ajuda praticada por muitas confrarias numa altura em que os seus membros careciam de auxílio para se curarem, alimentarem ou mesmo para manterem a sua família²⁶.

Para além dos irmãos visitantes, também os decanos, ou seja, os 12 da Junta estavam envolvidas nesta tarefa. Cabia-lhes informar os dois mordomos sobre quem estava doente, aflito ou preso para poderem atuar mais eficazmente. O envolvimento dos decanos é prova da robustez de membros, mas também das carências que muitos sofriam e ainda do atendimento que a instituição desejava fazer aos seus membros.

Porém, caso os irmãos pobres fossem possuidores de alguns bens e os doassem a estranhos, a instituição retirava-lhes o apoio de que estavam a ser alvo, exigia-lhes o pagamento da dívida, se fosse o caso. Quando se recusavam a pagar, eram riscados.

Os doentes que pediam esmola encontravam-se em tratamento domiciliário ou já em convalescença. Pediam para comer, mas também para pagar os custos da doença, uma vez que o tratamento em casa era corrente na Idade Moderna. Em certas petições estudadas há referências à necessidade de pagar as despesas

24. AOTB, Fundo da confraria de São Francisco, Livro dos estatutos da irmandade de Sam Francisco..., fls. 5-9.

25. AOTB, Fundo da confraria de São Francisco, *Livro dos estatutos da irmandade de Sam Francisco...*, fl. 13.

26. Nas confrarias da Cantábria, esta ajuda podia ser complementada com o auxílio nas tarefas agrícolas, que, por força da doença se encontravam atrasadas. Veja-se Tomás Antonio Mantecón, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria* (Santander: Universidad de Cantabria; Asamblea Regional de Cantabria, 1990), 85.

da botica e à impossibilidade de o fazer por meios próprios. Embora os pobres pudessem ser internados nos hospitais das Misericórdias e recebessem tratamento gratuito, nem todos eram aceites²⁷ por estarem sobrelotados ou por outras razões como, por exemplo, cultural. Em Braga, o hospital de São Marcos era o único a oferecer tratamento a doentes na Idade Moderna e tal como muitos outros, padecia de falta de receitas e de uma grande procura, principalmente no século XVIII. Apesar das obras realizadas ao longo de setecentos para melhorar os espaços de cura e alargar a seu espaço físico, com vista ao internamento de mais doentes, foi difícil responder a todas as solicitações que lhe chegavam. Convém referir que esta unidade de saúde recebia doentes de toda a diocese e muito para além dela.

Por outro lado, o recurso ao hospital só acontecia quando falhavam os cuidados domésticos e o quadro clínico era muito grave. De preferência, o tratamento realizava-se em casa.

Os elevados custos do tratamento e a falta de recursos obrigava muita gente, principalmente no caso da vida, a pedir para se tratar.

Depois do caso ser conhecido da irmandade e dos necessitados terem recebido a visita dos seus confrades, tinham de efetuar uma petição para continuarem a ser ajudados. Nesses documentos, os pobres identificavam-se, declaravam a sua pobreza, expondo os males de que padeciam e imploravam auxílio. Estas informações eram averiguadas pelos irmãos que se deslocavam a sua casa²⁸. A instituição acionava um mecanismo de averiguação, de maneira a não ser defraudada nas suas práticas, colocando a sua imagem pública em risco.

O arquivo da confraria de São Vicente integra um valioso espólio constituído pelas petições dos irmãos, que pediam por diversas razões. Estudamos apenas as que se referiam aos doentes, mas existe um outro espólio já analisado sobre dotes de casamento²⁹. Estes dotes eram distribuídos mediante condições impostas pelos dois benfeitores. Esta confraria tinha como prática esmolar os irmãos no dia da festa do padroeiro, 22 de janeiro, por isso, nos dias que a antecediam, os interessados dirigiam o seu pedido à Mesa³⁰. No volume de petições de irmãos pobres existem muitos casos de homens e mulheres que na última fase da via precisam de auxílio.

27. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder* (Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990), 97.

28. Na confraria de São Vicente, estes confrades escreviam um pequeno texto onde faziam a apreciação do estado em que o peticionário se encontrava, defendendo ou não a esmola. Era com base neste relatório, mas também como conhecimento pessoal, em muitos casos, que a instituição atuava.

29. Maria Marta Lobo de Araújo, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)* (Braga: CITCEM, 2011).

30. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

As visitas efetuadas pelos irmãos das confrarias tinham também a finalidade de aconselhar e preparar religiosamente a morte. Uma das atribuições das irmandades consistia no apoio à preparação espiritual dos doentes. Para além de se amarem entre si, os confrades tinham a obrigação de acompanhar o seu irmão neste momento de passagem.

Assim, era tarefa dos irmãos enviados pela Mesa confortar espiritualmente e ajudar materialmente. Na irmandade de São Vicente, os “visitadores” podiam dar de imediato aos peticionários uma esmola de 240 réis³¹, enquanto na da Santíssima Trindade “um cruzado novo” e na de Santa Cruz 560 réis³². Nos estatutos de 1761, a irmandade de Santa Cruz alterou o montante dado para 500 réis³³. Estas quantias diziam respeito à primeira esmola, pois, se necessário, a Mesa podia atribuir outros valores. Na eventualidade da confraria não ter disponibilidade financeira para esmolar os irmãos doentes, era feita uma coleta pelos mesários e, caso não fosse suficiente, por todos os irmãos, de maneira a prover o que necessitava³⁴. Em São Francisco davam-se em finais do século XVII dois tostões de esmola a cada irmão pobre que estivesse enfermo.

Depois de receberem a ajuda, os esmolados de São Vicente tinham de escrever uma declaração em que confirmavam a esmola recebida e o montante atribuído. Esta era uma forma da instituição controlar os irmãos “visitadores”. Quando os visitados não dominavam a escrita, alguém em seu nome escrevia este documento³⁵.

A diferença entre os montantes estabelecidos pode estar relacionada com o volume de irmãos pobres, mas também com a capacidade de resposta de cada irmandade³⁶.

A esmola da irmandade de Santa Cruz era a mais elevada e estava em consonância com a sua representação no universo confraternal da cidade ao longo da Idade Moderna³⁷. No entanto, os seus estatutos previam que, caso a confraria não pudesse esmolar os seus irmãos pobres com este montante, fosse realizado um peditório entre os mesários e após estes por todos os confrades, de maneira a provê-los com “suficiência”. Esta posição é elucidativa da forma

31. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Estatutos da Irmandade do Martyr S. Vicente, reformados no anno de 1723*, nº 3475, fl. 18v.

32. Arquivo da igreja de Santa Cruz [doravante AISC], Fundo da confraria de Santa Cruz, *Livro dos estatutos reformados de 1702*, fl. 147.

33. AISC, Fundo da confraria de Santa Cruz, *Estatutos da Irmandade de Santa Cruz desta cidade de Braga, reformados dos antigos no anno de 1761*, fl. 96.

34. AISC, Fundo da confraria de Santa Cruz, *Livro dos estatutos reformados de 1702*, fl. 147.

35. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

36. AIP, Fundo da confraria da Santíssima Trindade, *Livro dos estatutos da confraria da Sanctissima Trindade sita na sua capella da Sancta Sé Primacial reformados e de novo feitos no anno de 1740*, fl. 34v.

37. Paula, Alexandra de Carvalho Sobral Gomes, *Oficiais e confrades*, 135.

como a instituição se movimentava para não colocar os seus membros mais pobres na necessidade de terem de pedir a outras irmandades, nomeadamente à Misericórdia local, sua vizinha e concorrente em muitos aspetos. A irmandade procurava bastar-se a si própria na ajuda aos seus irmãos necessitados. Estava em causa a sua imagem, o seu prestígio e o seu poder simbólico.

Nas irmandades de São Vicente e na de São Pedro dos Clérigos, os pobres eram sempre pessoas muito idosos, com falta de vista, que sofriam de achaques e que não podiam trabalhar³⁸. Na primeira, o maior número de ajudados era constituído por mulheres, já na segunda eram sobretudo clérigos. Todos eram velhos, pobres e as mulheres eram quase sempre viúvas. A incapacidade para trabalhar, a falta de forças e de visão, o tolhimento dos membros, as muitas dores que sentiam e a fraqueza em que encontravam, obrigavam-nos a pedir³⁹. Imploravam à irmandade de que eram membros, mas também a outras instituições e a pessoas particulares⁴⁰. Ansiavam por uma esmola em dinheiro, mas igualmente por roupa, calçado e por outros bens⁴¹. Procurava-se ajuda primeiro na família, depois nos amigos e nos vizinhos⁴², a seguir na “família” que constituía a confraria a que se pertencia e, por vezes, em simultâneo ou posteriormente à Misericórdia.

Estes confrades não são pobres de pedir. Era gente que tinha uma profissão, mas que na velhice já não a podia desempenhar para ganhar o sustento⁴³. Muitos estavam acamados, outros andavam em carros de madeira, por serem paralíticos ou sofrerem de reumatismo, alguns estavam em casas de pessoas amigas por caridade, outros ainda dormiam no chão, por falta de um catre⁴⁴. Muitos tinham já acumulado dívidas e não tinham mais a quem recorrer, enfim, quadros dramáticos a reclamar a piedade dos seus “irmãos”. Muitos são pobres envergonhados, assumindo-se como tal e afirmando que a sua condição social os impedia de pedir pelas portas.

Após a esmola inicial, em Santa Cruz, os confrades pobres poderiam pedir para continuar a serem ajudados, em caso de necessidade. Porém, era preciso que a Mesa se pronunciasse e decidisse o montante, como já referimos. Ou

38. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

39. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado; *Livro de termos 1736-1748*, nº 3353, fl. 345.

40. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro de termos 1720-1736*, nº 3357, fl. 31v.

41. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

42. Em outros contextos europeus, as paróquias funcionaram como importantes pólos de caridade. Leia-se Martin Dinges, “L’assistance paroissiale a Bordeaux: role et fonctionnement d’une institution sous-estimée (1660-1670)”, en *Actes du 110e Congrès National des Sociétés Savantes* (Montpellier, s. n., 1985), 92-99.

43. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

44. Manuel de Sousa pediu ajuda à confraria em 1793, por estar pobre e já ter vendido os seus trates de casa, encontrando-se doente e muito endividado. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

seja, os visitantes tinham um papel muito importante, mas a esmola a entregar dependia sempre da decisão do órgão colegial. Determinava-se também que os irmãos visitantes comunicassem à Mesa para ser o órgão dirigente a determinar o montante a entregar.

A realização destas visitas proporcionava de igual forma controlar os que se mantinham sob proteção. Receber esmolos dos seus irmãos significava viver honestamente, não ser ocioso e ser reconhecida a sua necessidade. As confrarias protegiam os seus membros em momentos de grande necessidade, mas exigiam comportamentos adequados à moral vigente. Em caso de serem enganadas, retiravam imediatamente a esmola.

Na confraria de Santa Cruz, as informações que possuímos das esmolos atribuídas são provenientes dos livros de atas. Neles, é possível analisar as necessidades das mulheres e dos homens velhos e a forma como a instituição os ajudava. Para comer, vestir e para fazer face à doença, a confraria beneficia-os com dinheiro, cereais e roupa⁴⁵. Auxiliavam-se também mulheres que precisavam de se deslocarem às termas para efetuarem tratamentos com banhos⁴⁶. Esta modalidade de assistência encontra-se igualmente com grande expressão na Santa Casa, onde se distribuem muitas esmolos ao longo do século XVIII para pobres que necessitam de tratamentos termais. Deslocam-se principalmente para as termas da região, destacando-se as das Taipas e Gerês. Já na confraria de São Vicente todas as esmolos enviadas eram em numerário.

Na irmandade de Santa Cruz, o juiz, acompanhado de um outro mesário, deslocava-se “muitas vezes” por semana a casa do confrade doente para o consolar com palavras e atos. No caso de piorar e na expectativa de morte, o escrivão, o tesoureiro, o promotor e o provedor das missas revezavam-se por turnos ao longo de um dia e de uma noite para o acompanharem na hora da morte⁴⁷. Nunca o doente era deixado só, porque se desejava uma morte acompanhada. Esta era também uma obra de caridade. Se a agonia se prolongasse, essa obrigação era distribuída pelo juiz a vários irmãos, muito particularmente aos sacerdotes, por estes serem considerados mais aptos para ajudarem espiritualmente os moribundos⁴⁸.

Uma outra forma de assistir doentes era levar-lhes a comunhão. A comunhão era levada a casa dos doentes. Nas paróquias em que houvesse confrarias do Santíssimo Sacramento, estas eram chamadas para integrar o desfile. Quando

45. AISC, Fundo da confraria de Santa Cruz, *Livro dos termos da Mesa e juntas da irmandade de Santa Cruz 1772-1790*, fls. 9v., 18.

46. AISC, Fundo da confraria de Santa Cruz, *Livro dos termos da Mesa e juntas da irmandade de Santa Cruz 1772-1790*, fl. 9v.

47. José Marques, *A confraria do Corpo de Deus da cidade de Braga no século XV*, em livro de homenagem a Lúcio Craveiro da Silva (Braga: Universidade do Minho, 1994), 246.

48. Tomás Antonio Mantecón, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria*, 84-85, ACSC, Fundo da confraria de Santa Cruz, *Livro dos estatutos reformados de 1702*, fls. 148-184v.

não existiam, eram os párocos das freguesias que efetuavam esta tarefa. Em Braga, as Constituições Sinodais, publicadas em 1697, prescreviam o cerimonial e estimulavam a participação dos fiéis neste momento solene⁴⁹.

Sempre que um católico se encontrava gravemente doente e, por conseguinte, em perigo de vida, devia tomar os sacramentos necessários a uma boa morte. A comunhão e a santa-unção eram os aconselhados nessa situação. Preparar uma boa morte exigia o cumprimento de certos procedimentos em que se incluíam os sacramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos arquivos das confrarias de Braga é grande e reveste-se de profundo significado para o estudo destas instituições, mas também para um melhor conhecimento da história da cidade. Por eles passa o associativismo religioso e o fervor de muitos fiéis da Idade Moderna, mas também retalhos da história e quotidiano da urbe que cresce muito ao longo deste período.

Desempenhando um papel social relevante junto dos irmãos pobres, estas confrarias auxiliavam-nos principalmente na doença, quando encarcerados e na hora da morte. Podiam também, como acontece com a de São Francisco, dar bom conselho. Ajudavam de igual forma os incapacitados de pagar os anuais, perdendo dívidas atrasadas e/ou pagamentos futuros. Não esquecemos, no entanto, que a caridade não constituía a sua principal função. Todavia, algumas delas desempenharam-na, auxiliando os irmãos mais necessitados na doença, na velhice e na hora da morte. Doença e velhice andavam quase sempre juntas, sendo nessa ocasião que mais se necessitava de auxílio, por se encontrar incapacitado para ganhar a vida, por falta de forças e padecer de muitos achaques.

Por não terem como principal objetivo a caridade, esta sua ação tem sido silenciada, dizemos mesmo esquecida, distorcendo uma realidade, que embora com pouco significado em termos de despesa, assumia uma ajuda importante junto dos irmãos. Esta constituía uma ação que aumentava poder à instituição promotora, era geradora de novas inscrições e fazia aumentar o seu capital simbólico. Procuramos neste trabalho demonstrar o desempenho destas instituições em termos de assistência aos doentes, dando a visibilidade a uma faceta menos conhecida destas instituições. O trabalho que temos em mãos ainda não

49. A propósito do prescrito pelas Constituições Sinodais bracarenses de 1697 veja-se Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista* (Braga: Universidade do Minho, 2014), 123-125. Tese de doutoramento policopiada. Este ritual era muito semelhante no mundo católico. Para Granada veja-se o trabalho de Miguel Luis López-Guadalupe Muñoz, “El Corpus Christi”, en *I Congreso Nacional de las confradías sacramentales*, 268.

está concluído, bem pelo contrário. Mantemos, todavia, viva a esperança de o continuar e de apreender melhor o papel desempenhado por estas instituições em termos sociais. A pertinência deste estudo encontra-se justificada pela carência desta abordagem na historiografia portuguesa, ao contrário do que tem sido realizado noutros contextos europeus. Não esqueçamos, todavia, a especificidade do sistema assistencial português da Idade Moderna e os seus reflexos nas confrarias religiosas, mas pretendemos analisar o desempenho destas últimas no tocante à assistência material.

A atuação de cada uma destas agremiações ancorava nos seus estatutos e embora se conheçam entre elas práticas distintas, todas as estudadas procuravam encontrar dentro de si o auxílio de que os seus irmãos pobres necessitavam quando estavam doentes. Sabe-se, todavia, que, não raras vezes, estes recorriam também a outras instituições, mesmo quando recebiam também ajuda de particulares. Recorde-se que era comum na Idade Moderna integrar várias confrarias em simultâneo, facto que exigia poder económico. Por outro lado, o socorro destas instituições alargou-se igualmente a pessoas que não lhes pertenciam, embora este fosse destinado preferencialmente aos seus membros.

Estudar a pobreza e a assistência da cidade passa também por conhecer a ajuda prestada pelas confrarias aos seus membros. Desconhecemos quanto representava esta despesa feita com os irmãos, apenas sabemos que em São Vicente em finais do Antigo Regime era muito pouco representativa, porém, consideramos que apesar disso, a assistência desenvolvida não pode ser esquecida e muito menos pensar-se que não existiu. Mal conhecida, é certo, esta forma de assistência precisa de ser melhor avaliada, estudada e inserida no roteiro das instituições que contribuíram para ajudar a curar as maleitas do corpo na Braga Moderna.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- Aranda Doncel, Juan, “Cofradías y asistencia social en la Diócesis de Córdoba durante los siglos XVI y XVII: las Hermandades de la Santa Caridad”, em *La Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*, ed. Francisco Javier Campos y Fernández de Sevilla, 123-150. Madrid: Ediciones Escorialenses, 2006.
- Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1750-1830*. Lisboa: Ed. Notícias, 1997.
- Araújo, Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo social e económico*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1974.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*. Braga: CITCEM, 2011.
- “As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna, Estudo preliminar”, *Interconexões. Revista de Ciências Sociais* 2, 1, (2014): 15-32.

- Barbosa António Francisco, *A assistência prestada pela Ordem Terceira de Ponte de Lima aos pobres no século XVIII*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2011.
- Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Tese de Doutoramento policopiada.
- Costa, Luís, *O templo de Santa Cruz*. Braga: Irmandade de Santa Cruz, 1993.
- Dinges, Martin, “L’assistance paroissiale a Bordeaux: role et fonctionnement d’une institution sous-estimée (1660-1670)”, en *Actes du 110e Congrès National des Sociétés Savantes*, 92-99, Montpellier, s. n., 1985.
- Diniz, Celeste; Barbosa, António Francisco, “Pobreza e caridade: a acção assistencial do Cabido bracarense em período de Sé Vacante (1728-1741)”, *Cadernos do Noroeste. Série História* 3 (2003): 497-522.
- Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. Braga: Universidade do Minho, 2014. Tese de doutoramento policopiada.
- Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal (contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*. Braga: Universidade do Minho, 2002. Dis. de Mestrado policopiada.
- Herrera Mesa, Pedro Pablo, “La práctica de las Obras de Misericordia en las Cofradías cordobesas siglos XIV-XVII”, en *La Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*, ed. Francisco Javier Campos y Fernández de Sevilla, 99-122. Madrid: Ediciones Escorialenses, 2006.
- López-Guadalupe Muñoz, Miguel Luis, “Sanidad doméstica, solidaridad corporativa: las cofradías ante la enfermedad en la España Moderna”, en *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad* (s. XV-XX), ed. Abreu, Laurinda, 75-90. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007.
- “El Corpus Christi y las hermandades sacramentales en la Granada Moderna”, en *I Congreso Nacional de Historia de las Cofradías Sacramentales. Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidad en el Barroco Español*, 253-271. Segovia: Cofradía del Corpus de Sepúlveda, 2008.
- Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.
- Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria*. Santander: Universidad de Cantabria; Asamblea Regional de Cantabria, 1990.
- Marcos Martín, Alberto, “La Iglesia y la beneficencia en la Corona de Castilha durante la época moderna. Mitos y realidades”, en *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Editado por Laurinda Abreu, 101-125. Lisboa: Edições Colibri - CIDEHUS-Universidade de Évora, 2005.
- La asistencia domiciliária en la España del Antiguo Régimen: el caso de la cofradía de la Caridad de Palencia”, en *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, coordinado por María José Pérez Álvarez; Maria Marta Lobo de Araújo, 94-107. León: Universidad de León, 2014.
- Marques, José, “A confraria do Corpo de Deus da cidade de Braga no século XV”, en *livro de homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*, 244-267. Braga: Universidade do Minho, 1994.

- Moraes Juliana de Melo, *Viver em penitência: as associações de terceiros em Braga e São Paulo (1672-1822)*. Braga: Universidade do Minho, 2009. Tese de doutoramento policopiada.
- Paiva, José Pedro, “O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna”, em *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, editado por Laurinda Abreu, 167-189. Lisboa: Colibri, 2004.
- Pardal, Rute Maria Lopes, *Práticas de caridade e assistência em Évora 1650-1750*. Évora: Universidade de Évora, 2013. Tese de doutoramento policopiada.
- Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares*. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992.
- Pimentel, José Hermes, *A assistência à morte na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)*. Braga: Universidade do Minho, 2015. Dis. de Mestrado policopiada.
- Rodrigues, Maria Manuela, “Confrarias da cidade do Porto. Espaços de enquadramento espiritual e pólos difusores da mensagem da igreja”, em *Actas do Congresso Internacional de História da Missionaçãõ Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. I, 408-427. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para a Comemoraçãõ dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Evangelizaçãõ e Culturas, 1993.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- “Parte I – De 1498 a 1750”, em *Breve História das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, 7-17. Coimbra: Imprensa Universitária, 2008.
- Silva, Elsa, *As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dis. de Mestrado policopiada.
- Soares Franquelim Neiva; Silva Maria Manuela, “Inventário dos arquivos das paróquias e das igrejas do concelho/arciprestado de Braga”, *Bracara Augusta* LII, 107 (120), (2004), 46-160.
- Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*. Braga: Universidade do Minho, 2011. Dis. de Mestrado policopiada.
- Tarifa Fernández, Adela, “Cofradías y Hernandades entre la religiosidad popular y la asistencia social. Aproximación a su historia en Jaén y en Úbeda”, em *I Congreso Nacional de Historia de las Cofradías Sacramentales. Minerva Liturgia, fiesta y fraternidad en el Barroco Español*, 323-351. Segovia: Cofradía del Corpus de Sepúlveda, 2008.
- Torremocha Hernández, Margarita, *Solidariedad en el más allá. La cofradía Sacramental y de Anima de la Iglesia de la Magdalena de Valladolid*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2003.
- Vieira, Maria José de A. C., *A confraria do Menino Jesus e a paróquia de Maximinos (1700-1850): população, sociedade e assistência*. Braga: Universidade do Minho, 1994. Dis. de Mestrado policopiada.